

“NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”: A HISTÓRIA DAS FEMINISTAS NEGRAS PARA QUE HOJE POSSAMOS SER

“WE HAVE TRODDEN A REALLY LONG PATH” THE HERSTORY OF BLACK FEMINISTS SO WE CAN BE

Giselle Oliveira da Silva **1**
Michele dos Passos Nascimento **2**

Resumo: O texto traz alguns recortes históricos do feminismo negro, assim como importantes contribuições de mulheres negras que alicerçaram a base do feminismo negro que conhecemos hoje. Mais do que trazer eventos e datas, nossa intenção é celebrar os feitos inspiradores de mulheres negras corajosas, que ousaram e romperam com silêncios impostos, vozes que declaram sua humanidade, alteridade e emancipação. Trouxemos uma abordagem metodológica a partir da epistemologia feminista negra. Para o aporte teórico recorremos a trabalhos realizados por intelectuais negras, como Patrícia Hill Collins, bell hooks, Conceição Evaristo, dentre outras. Nossa intenção com esse texto é lembrar da urgência de uma maior disseminação da história do feminismo negro, em todas as esferas sociais, sobretudo nas escolas, afinal, conhecer a história do feminismo negro permite uma nova visão da mulher negra, principalmente como agente de conhecimento, que resiste, reivindica e transforma.

Palavras-chave: Feminismo Negro. História. Mulheres Negras.

Abstract: This study brings some herstorical extracts of black feminism as there are paramount contributions from black women to blueprint the know-to-the-day black feminism. The goal, other than bringing events and dates, is to celebrate the inspiring achievements of brave and bold black women, who dared and broke the silence imposed, voices which declare their humanity, otherness and emancipation. The present paper methodologically approaches the black female epistemology. As for the theoretical venue, there were a look on works performed by black intellectuals, such as Patrícia Hill Collins, Bell Hooks, Conceição Evaristo, to name a few. This paper aims to urging a wider dissemination of black feminism herstory – throughout every social sphere, especially in schools. The effort is to make herstory of black feminism struggle known, to allow a fresh look on women of color, mainly as an agent of knowledge who resists, who claims, and who transforms.

Keyword: Black Feminism. Herstory. History. Black Women.

-
- 1** Mestranda pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Graduada em Licenciatura em Letras Português/Inglês e Literatura pela mesma instituição.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8415599701013173>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8161-4802>. E-mail: Giselle.oliveira.moreira@gmail.com
 - 2** Mestranda pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Graduada em Pedagogia - Universidade Estadual de Goiás Campus Luziânia. Pedagoga pelo Instituto Federal de Goiás, Valparaíso, Goiás, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0566135408085524>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8077-633X>.
E-mail: michele.pn@gmail.com

Introdução

A fala como lugar

Ei preta, hoje eu não vim aqui pra apontar o dedo na cara do racista. Talvez eu faça isso, mas hoje, preta, eu vim aqui pra te fazer um afago, te dar um abraço e sussurrar no teu ouvido: UBUNTU. Eu sou, porque nós somos.

Trecho do Slam “Afago”, de autoria de Patrícia Meira

Neste texto falamos do lugar de acadêmicas feministas negras; somos frutos do feminismo negro que nos oportunizou estarmos aqui ocupando nosso espaço, nossa fala, nossos saberes. Escrevemos de um lugar de dor. Ao lermos relatos e histórias de tanto sofrimento, nossa carne sente. Na história do feminismo negro estão nossas irmãs pretas, açoitadas, estupradas, acorrentadas. E por que ainda escrevemos?! Porque temos voz, sabemos de onde viemos. Escrevemos para e por nossas mães, avós, tias e irmãs negras. Falamos de dentro, como um grito abafado de dor, orgulho e resiliência. Escrevemos pelas que vieram antes, por nós e pelas que virão.

...quarenta das maiores e mais fortes mulheres que já vi juntas; todas vestiam um uniforme simples, xadrez azulado; suas pernas estavam nuas e os pés, descalços; elas tinham uma postura altiva cada um com uma enxada no ombro, e caminhavam com um passo livre, firme, como soldados em marcha.¹

Como soldados em marcha caminhavam nossas irmãs negras escravizadas, pavimentando o caminho que seguimos hoje, as pernas entrecruzadas ratificando o próximo passo. Neste texto abordaremos a história do feminismo negro em quatro seções que trazem recortes históricos, citando importantes agentes que marcaram essa história, como uma ode às mulheres que tão bravamente ergueram sua voz reivindicando sua identidade e emancipação.

Para o embasamento teórico-metodológico, recorreremos aos estudos de mulheres negras feministas e intelectuais, em uma perspectiva da epistemologia feminista negra, recusando uma posição analítica distanciada. Assumimos a liberdade de usar uma linguagem cheia de sensibilidade em um lugar alicerçado em concretos rígidos que é a academia. Tomamos, em nosso texto, a língua como combate, como bem disse bell hooks:

Estamos enraizadas na linguagem, casadas, nosso ser são as palavras. A linguagem é também um lugar de combate. O combate dos oprimidos em relação à linguagem para nos recuperarmos a nós mesmas – para reescrever, reconciliar, renovar. Nossas palavras não carecem de importância. São um ato – de resistência. A linguagem também é um lugar de combate. (hooks, 1989, p. 28)

Achille Mbembe, em “Crítica da razão negra” (2018), nos aponta que foi durante os primeiros tráficos do Atlântico que o povo africano se tornou *negro*, pois foi assim que o europeu o nomeou. Ao reduzir o corpo negro, o branco colonizador estabeleceu as diferenças baseadas na cor da pele, gerando assim um pensamento coletivo de pertencimento e identidade marcada pelo outro. “Somos aquilo que o outro faz de nós” (MBEMBE, 2018, p. 192).

E, nessa busca por uma identidade em que o *outro* não nos defina, nos juntamos a tantas vozes feministas engajadas, procurando afirmar nossa alteridade. Por isso, escrevemos em primeira

¹ Fala do viajante Frederick Law Olmsted, publicada no *A Journey in the Back Country* (Nova York, 1860). O trecho foi extraído do livro “Mulheres, raça e classe”, de Angela Davis (2016).

pessoa do plural, afinal, como mulheres negras, estamos epistemologicamente inseridas no tema abordado. A nossa fala ocupa um lugar de luta política. Buscamos, enquanto pesquisadoras e ativistas, trazer uma reflexão sobre as ideologias hegemônicas que limitam o ser humano.

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que o papel do pesquisador ativista requer uma crítica às regras do discurso apropriado. Tatiana Nascimento dos Santos observa que:

a alcunha de “militante” é extremamente desvalorativa, e eu sinto que está também fundamentada em uma hierarquia entre a organização social de elites intelectuais que devem gerar e fornecer conhecimento teórico a ser posto em prática por, ou analisado desde a prática de grupos de movimentos sociais. Um simples termo que significa “você não pertence a este lugar” – ao menos, foi assim que me senti muitas vezes em que minha escrita foi assim considerada (NASCIMENTO DOS SANTOS, 2014, p. 80).

Falamos do lugar de intersecção, lugar em que escrevemos a partir das nossas perspectivas, na tentativa de superar o discurso colonial. Diante disso, entendemos que não precisamos recorrer aos discursos autorizados para entender a importância dos nossos saberes e nossas produções (RIBEIRO, 2017 p.64). O que nós mulheres negras queremos é nos apropriar da nossa história e nossos saberes. Isso não significa silenciar o outro, mas afirmar que existe uma pluralidade de discursos. Nesse contexto, é preciso que haja espaço para um grupo que historicamente foi silenciado, ou seja estamos aqui para refutar uma voz única (ADICHIE, 2009).

Tributo às que vieram antes

As Harriets

Sempre em busca do norte, guiada pelas estrelas e rios, Harriet Tubman viajou 13 vezes, abrindo estradas pelas rotas da *Underground Railroad*² e ajudando a libertar ao menos 70 escravos. Durante as comitivas, as comunicações eram feitas por cânticos e ela nunca foi capturada. Foi com o pai que ela aprendeu a abrir trilhas cortando árvores, foi ele também que a ensinou a usar a natureza como fonte para alimentos e remédios (DAVIS, 2016, p. 35).

Nascida em 1822, aos seis anos já trabalhava como escrava emprestada para fazendeiros. Foi ainda na infância que ela recebeu uma pancada na cabeça que nunca foi tratada, a tornando epilética. Em 1880, ela consegue êxito em sua segunda tentativa de fuga, partindo para Filadélfia onde não era mais permitido escravidão. Durante a Guerra Civil americana, enquanto trabalhava de enfermeira, Tubman torna-se espiã para as tropas da União contra os Estado Confederados (CORRÊA, 2021).

Harriet Ann Jacobs sob o pseudônimo de Linda Brent é considerada a primeira mulher negra a escrever um livro contando sua própria história. Nascida em 1813, foi alfabetizada por sua “dona”. Em 1835 ela consegue fugir para a Filadélfia, onde foi acolhida por abolicionistas. Mais tarde, durante a Guerra Civil americana, ela escreveu sua autobiografia “*Incidents in the Life of a Slave Girl*”, alterando o nome de todos os envolvidos no livro, incluindo o seu. Abaixo um trecho da introdução do livro, traduzido por Luciene do Rêgo da Silva:

As pessoas do Norte não sabem nada a respeito da Escravidão. Pensam que é apenas Cativo perpétuo. Não têm noção da profundidade de degradação envolvida nesta palavra: ESCRAVIDÃO. Se tivessem, nunca deixariam de lutar até que um sistema tão horrível fosse derrocado [...] levantai-vos, mulheres, que estais sossegadas, e ouvi a minha voz; e vós,

2 Rota usada por fugitivos escravizados localizada entre as fronteiras dos Estados Unidos e Canadá.

filhas, que estais tão seguras, inclinaí os ouvidos às minhas palavras. (SILVA, 2018, p.93).

Tanto Jacobs quanto Tubman estiveram em um mesmo momento histórico, lutando pela liberdade, seja abrindo estradas, seja publicando uma biografia. Essas mulheres nos mostram que não houve inércia em relação a emancipação de suas vidas e de seu povo escravizado. O que existiu (e ainda existe) foi o silenciamento imposto por uma cultura racista. Por isso, precisamos falar da importância de estudos que resgatem a história dessas mulheres. Como enfatiza Djamila Ribeiro (2017, p. 64), “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”. Pensamos que abordar a história do feminismo negro a partir do estudo de autoras negras é uma maneira de refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes como consequência da hierarquia social. Djamila Ribeiro pontua que:

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada fazem com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os mantem num lugar silenciado estruturalmente (RIBEIRO, 2017, p. 63).

É importante entendermos que um espaço de discussão voltado para questões étnicas e de gênero se torna um espaço político. Os meios de comunicação sempre foram dominados por uma elite que representou (representa) o negro como sujeito subalterno e marginalizado.

Nunca ficaram em silêncio, foram silenciadas

Devemos destacar a brasileira Esperança Garcia, mulher negra escravizada, que escreveu uma carta endereçada ao governador do Piauí em 1770. Segundo Moura, esse é “um dos registros mais antigos do Brasil colonial escrita por uma mulher negra cativa, uma inusitada reclamação” (MOURA, 2004, p.171):

Eu Souhua escrava de V.S. da administração do
Cap^a m Ant^o
Vieira de Couto, cazada.
Desde que o Cap^amp^a Lá foi adeministrar, q. me tirou da
fazd^a dos algodois, aonde vevia com meu marido,
para ser cozinheira da sua caza, onde nella
passo mt^o mal.
A Primeira hé q. ha grandes trovadas de pancadas
enhum Filho meu sendo huã criança q. lhe
fezes trair sangue pella boca, em mim não poço
explicar q Sou hucolcham de pancadas, tanto
q cahyhuã vez do Sobrado abachopeiada; por
mezericordia de DsesCapei.
A segunda estou eu e mais minhas parceiras por
confeçar a tresannos. E huã criança minha e duas mais por Batizar.
Pelloq Peço a V.S. pello amor de Ds. e do Seu
Valim T^o ponha aos olhos em mim ordinando digo
mandar a Porcurador que mande p. a Fazd^a aonde
elle me tirou p^a eu viver com meu marido
e Batizar minha Filha
de V.Sa. sua escrava
EsPeranCa Garcia

A carta de Esperança é o símbolo da coragem de uma mulher negra que, mesmo sob circunstâncias da violência sofrida pelo sistema escravagista, reivindica e declara sua humanidade. Esperança escreve por si, com sua letra, sua fala, sua história; não foi representada ou intermediada por outra pessoa. Grada Kilomba (2019) chama a atenção para a importância de a mulher negra falar por si mesma:

[...] forma de transformar, pois eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou objeto, mas o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político [...] o ato da escrita como um ato de tornar-se. (KILOMBA, 2019, p. 27-28).

Esperança, como a personagem Maria Nova nos “Becos da memória” de Conceição Evaristo (2006), sabia que sua escrita lhe daria voz:

Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos. Maria Nova, um dia, escreveria a fala de seu povo (EVARISTO, 2006, p. 161).

A carta de Esperança Garcia é um exemplo de resistência ao assujeitamento imposto pelo sistema escravagista, uma inversão da visão estigmatizada da submissão da mulher negra escravizada. E, nessa ruptura, estamos nós, mulheres negras, tantos anos depois. Individual e coletivamente, seguimos insubordinadas.

“E não sou eu uma mulher?”

Racismo na primeira onda do feminismo e a luta das mulheres negras por emancipação

“Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?”

O trecho acima é parte do discurso de Sojourner Truth, na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, que aconteceu dois anos depois da Convenção de Seneca Falls. O evento foi marcado por declaração que denunciava as condições políticas e sociais e religiosas das mulheres da época. Foram apresentadas reivindicações importantes, mas que deixaram de lado outras mulheres, as brancas da classe trabalhadora e as mulheres negras escravizadas.

A ausência de mulheres negras é reflexo do racismo do movimento sufragista na primeira onda do feminismo. Angela Davis, em “Mulheres, raça e classe” (2016), discute sobre esse período e cita um fato que marcou o racismo dentro do movimento. Segundo a autora, em 1848 uma menina negra foi aceita em um colégio para meninas brancas em Rochester, Nova York. No entanto, a diretora do colégio fez campanha para a proibir de estudar lá. O esforço para que isso acontecesse foi tão grande que, mesmo depois de uma votação em que as alunas aceitaram a garota no colégio, a diretora recorreu aos pais para conseguir êxito na proibição. É importante ressaltar aqui que a diretora era uma abolicionista, associada ao movimento antiescravagista e infelizmente foi ligado

ao movimento sufragista (DAVIS, 2016, p.69).

Truth, única mulher negra participando da convenção de Akron, reivindica em seu discurso não somente a liberdade de seu povo, mas a ressignificação de ser mulher, algo que se discute até hoje. Isso nos leva a refletir a fala de Sueli Carneiro (2003, p.49) que questiona: “Quando falamos sobre mulheres, de que mulheres estamos falando?”

A segunda e terceira onda do feminismo: precisamos falar do caminho que nos une e do muro que nos separa

[...] não há um dia na minha vida em que eu não seja mulher,
não há um dia na minha vida em que eu não seja preta.

(Zaíra Pires, BLOGUEIRAS NEGRAS)

Ainda que, de forma geral, o movimento feminista esteja fundamentado na desconstrução do sexo como classe hierárquica, não há um discurso homogêneo entre o feminismo branco e feminismo negro. A segunda onda do feminismo trouxe um maior apelo das mulheres negras por espaço dentro do movimento. As reivindicações advieram das diferentes prioridades entre mulheres brancas e negras. Para as mulheres negras, o racismo produz uma hierarquia dentro do gênero feminino. As mulheres brancas notoriamente alcançam maiores espaços, seja no âmbito acadêmico, social ou político. As divergentes lutas entre o feminismo da mulher negra e branca acontece por causa dos diferentes tipos de opressões vividas, como afirma Bebel Nepomuceno:

Às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite no início do século XX. Tampouco seu espaço de atuação foi unicamente o privado, reservado às bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégias para sobreviver e fazer frente aos desafios cotidianos. (NEPOMUCENO, 2012, p. 383).

A fala de Nepomuceno reafirma a teoria de Sueli Carneiro (2003) sobre “enegrecer o feminismo”. É preciso compreender que as experiências históricas de opressão são diferentes para as mulheres negras, pois sempre elas foram tratadas como objetos, mas nunca foram vistas (ou se viram) como frágeis.

Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), em “O que é interseccionalidade”, mostram que, na década de 1970, o movimento feminista não levava em conta raça e classe, deixando de lado questões específicas das mulheres negras. Assim, as mulheres negras da segunda onda usaram o conceito de “interseccionalidade” como uma ferramenta teórico-política capaz de explicitar uma série opressões que operavam conjuntamente (COLLINS; BILGE, 2021, p.38). A partir de então surgiu a necessidade de abrir espaço para as intelectuais negras.

Intelectuais negras: de punho erguido para o alto e sem medo de abrir a boca: “O lixo vai falar e numa boa”

*Eu sou vista como um corpo que
Não pode produzir conhecimento
Como um corpo fora do lugar
Eu que, enquanto escrevo.
Cada palavra escolhida por mim
Será examinada
E, provavelmente, deslegitimada.
(Grada Kilomba)*

Os anos entre 1980 e 1990 foram marcados pela incorporação dos movimentos sociais nas universidades, o que contribuiu para maior expansão do movimento feminista negro. Nos Estados Unidos, mulheres como Alice Walker, Angela Davis, Nikki Giovanni, Barbara Smith, Audre Loudre, que tinham experiência com movimentos sociais ao ingressarem na academia, puderam realizar projetos de feminismo negro, estudos sobre raça, classe e gênero, dando início a interseccionalidade no meio acadêmico (COLLINS, 2017, p.9)

O movimento negro feminista, segundo Angela Davi, deve estar pautado em uma luta antirracista, antissexista e anticapitalista. O trabalho de Davis desconstrói o mito de que o negro/a é subordinação e promiscuidade: “Uma vez aceita a noção de que os homens negros trazem em si compulsões sexuais irresistíveis e animais, toda a raça é investida de bestialidade” (DAVIS, 2016, p.186).

Para Patrícia Hill Collins (2016, p.103-104), estar no centro de espaços intelectuais e poder produzir narrativas dão à mulher negra condições de se autodefinir e de autoavaliar. Isso está diretamente ligada ao enfrentamento da objetificação e desumanização dos sistemas de dominação. O trabalho intelectual da mulher negra na academia exige certa coragem, uma vez que, dentro das opressões que vivemos, nos vemos sobre o olhar do dominador que questiona nossa subjetividade e nos apontam vulnerabilidade (NATÁLIA, 2018, p. 754). Nesse sentido, a academia fazendo parte de um sistema de dominação, questiona a todo instante nossas habilidades, reforçando um discurso opressor que inevitavelmente acompanha o sujeito negro em todas as esferas sociais.

Há sempre a necessidade de demonstrar e defender a humanidade dos negros incluindo sua habilidade e capacidade de raciocinar logicamente pensar coletivamente e escrever lucidamente O peso desse fardo inescapável para alunos negros no meio acadêmico branco muitas vezes tem determinado o conteúdo e caráter da atividade intelectual negra Esses conflitos parecem particularmente agudos para as negras que também têm de lutar contra aqueles estereótipos racistas/sexistas que o tempo todo levam outros (e até nos mesmas) a questionar se somos ou não competentes se somos capazes de excelência intelectual (hooks, 1995, p. 472).

Para nós mulheres negras, que tentamos ocupar mais um espaço que por tanto tempo nos foi negado, entendemos que ativismo e intelectualidade andam juntos. Mulheres negras intelectuais (re)existem na tentativa desmitificar o mito de que o negro/a está nesse mundo para servir. Sueli Carneiro ao falar sobre as mulheres negras e a herança escravagista afirma: “Ontem, a serviço de frágeis sinhas e de senhores de engenho tarados. [...] Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação” (CARNEIRO, 2003, p. 50)

A fala de Sueli nos faz pensar o quanto é árdua a luta de intelectuais negras em espaços elitizados e hegemônicos como a academia. O passado que inevitavelmente está tão presente na sutil violência do racismo estrutural e velado nos faz, enquanto negras, seguir diversas rotas que nos exigem força, mas que nos desgastam também.

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas,

nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro. (KILOMBA, 2019, p 124).

Kilomba reafirma a vivência das mulheres negras que superam cotidianamente o que “o outro” pensa e fala sobre nós. É na troca de experiências, como coletivo, que nos fortalecemos e buscamos descolonizar o saber, exercendo nosso lugar de luta e existência.

“A carne mais barata do mercado *foi* a carne negra”: feminismo negro no Brasil

São várias as teorias que explicam a origem do feminismo negro no país. Algumas delas remontam ao período da escravidão, outras ao momento que o movimento negro se aproximou do movimento feminista hegemônico. Seja em um passado distante ou recente, nós mulheres negras sempre buscamos espaços para refletir nossas experiências, percepções e horizontes em sintonia com as posições que desejamos ocupar nesta sociedade.

A partir da percepção de que faltava uma abordagem conjunta das pautas de gênero e raça pelos movimentos sociais da época e em busca de mudanças para essa população, surge o Movimento de Mulheres Negras ou como é mais comumente utilizado na academia Movimento Feminista Negro.

Seguindo o tema “Contra o racismo, a violência e o bem viver”, foi realizado, nos dias 02 e 04 de dezembro de 1988, o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN). Se reuniram na cidade de Valença, Rio de Janeiro, mais de 400 mulheres advindas de 19 estados brasileiros. Naquele mesmo ano era comemorado o centenário da abolição da escravatura, o que trouxe um pouco mais de visibilidade para o evento.

O encontro foi resultado de outras mobilizações que estavam acontecendo anteriormente: simpósios, grupos de estudos, reuniões entre diversos outros tipos de evento que culminaram com o encontro nacional. De acordo com Luciene do Rêgo da Silva (2018, p.13), “pela primeira vez na história do feminismo negro, mulheres organizadas em todas as regiões do Brasil se prepararam para participar e decidir coletivamente os rumos do movimento nacional de mulheres negras no país”.

Desde então as mulheres negras brasileiras vêm se organizando na defesa de sua identidade, pontuando suas diferenças dentro do próprio movimento negro e do movimento feminista, locais onde muitas vezes suas pautas eram invisibilizada por seus próprios companheiros e companheiras de luta. Para Santos,

as mulheres negras começaram a questionar sua participação junto ao movimento negro e a exigir papéis mais ativos no que se referia à luta política, contrapondo-se aos papéis subalternos e às tarefas domésticas, como cozinhar, limpar e secretariar, que eram destinados a elas nos eventos de encontros promovidos pelo movimento (SANTOS, 2009, p. 277).

No movimento negro brasileiro, predominavam-se posições masculinas. As mulheres ainda não tinham poder de decisão, além de que questões de machismo eram recorrentes. As mulheres negras reivindicavam que suas pautas fossem levadas para as instâncias de decisão, questões como violência de gênero, direitos reprodutivos, construção de creches e outras questões que não eram abordadas no movimento negro ou eram secundarizadas.

Em “Enegrecer o feminismo”, Sueli Carneiro nos leva a refletir sobre o questionamento do mito da fragilidade feminina. A discussão sobre esse mito requer que se analise de que mulher que estamos falando, uma vez que sociedades de passado escravocrata como a nossa jamais permitiu que as mulheres negras, em qualquer momento da história, ocupassem esse papel. Lélia Gonzales pontua:

As intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até mesmo deixar de reconhecer, a especificidade da natureza da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados (GONZALEZ, 2008, p. 36).

As Organizações Negras brasileiras deram visibilidade a questão da raça afim de demonstrar como opera o imaginário social brasileiro e da forma como os processos de subalternização e subjugação se sobrepõe de forma mais cruel quando se trata de mulheres negras. Frente a essas diferenças é que se fez necessário o surgimento de um feminismo negro, onde mulheres negras pudessem buscar um feminismo que levasse em consideração suas experiências como mulher e como negra. Onde nós, mulheres negras, pudéssemos nos descobrir dentro das nossas singularidades e despontar também através das nossas diferenças.

Faz se necessário compreender os problemas sociais e revisitar a teoria de importantes intelectuais negras que nos inspiram e inauguraram novas epistemologias como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzales e Sueli Carneiro que nos colocam no nosso lugar de reconhecimento social, no lugar de usufrutos da dignidade humana e assim nos permite continuar, resistir e existir.

Intelectuais negras brasileiras e a construção do pensamento feminista brasileiro

Surgiu um movimento
Uma Onda Negra
Sociedade de Mulheres
Eleko e Geledés
Enegrecendo o feminismo
Combatendo o racismo
E toda forma de opressão
Vozes negras em favor da igualdade
Máxima da Constituição
Nós somos o Movimento
O mundo se move em nós
A ginga das nossas ancestrais
Ecoam em nossa voz
(Coletiva Negas Pretas- repertório do Carnaval 2019)

Lélia Gonzales

Atualmente Lélia Gonzales é uma das principais referências para diversos movimentos sociais, especialmente antirracistas e feministas. Sendo uma das principais intelectuais brasileiras, é um símbolo para o feminismo negro no Brasil. E tem ganhado cada vez mais notoriedade fora do nosso país. Estando sempre a frente das lutas sociais, foi também uma das responsáveis pela constituição do Movimento Negro Unificado no Brasil em 1979. Serviu como porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação das mulheres no próprio Movimento Negro Unificado e evidenciou o racismo que impedia a inserção das mulheres negras no movimento de mulheres.

Durante seus estudos na Escola Rivaldália Correia e, no tradicional Colégio Pedro II, interessou-se também em aprender idiomas, principalmente o Francês. Porém, a cada ciclo educacional que concluíva, ela se distanciava da sua condição étnico racial, sofrendo um processo de alienação pedagógica que a induziu ao embranquecimento. Nesse sentido, Lélia diz:

Na faculdade eu já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema. Eu fiz filosofia e história. E a partir daí começaram as contradições. Você enquanto mulher e enquanto negro sofre evidentemente um processo de discriminação muito maior. É claro que, enquanto estudante muito popular na escola, como uma pessoa legal, aquela pretinha legal, muito inteligente, os professores gostavam, esses baratos todos... (GONZALES, 2020, p. 202).

Tal processo de embranquecimento só parou após o seu casamento com Luiz Carlos Gonzales, um homem branco de origem espanhola, que ao assumir seu matrimônio com Lélia ocasionou uma série de conflitos com sua família que esperava que ele se cassasse com alguém do seu “status social”. Após a pressão desse acontecimento, somado a questões de caráter psicológico, seu esposo cometeu suicídio. Como forma de homenagem a seu esposo falecido que tanto lhe apoiou em sua busca identitária, ela optou por manter o seu nome de casada. “Eu fui casada com um homem branco, de origem espanhola, que dava todo apoio à questão racial [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 322).

Esse acontecimento foi um grande choque para Lélia Gonzales, que fez com que ela buscasse um franco processo de busca identitária. A partir desse momento ela passa a se envolver de fato com o movimento negro, e a estudar psicanálise e o candomblé.

A partir daí fui transar meu povo mesmo, ou seja, fui transar candomblé, macumba essas coisas que eu achava que eram primitivas. Manifestações culturais que eu, afinal de contas, com uma formação de filosofia, transando uma formação cultural ocidental tão sofisticada, claro que não podia olhar como coisas importantes. Mas enfim, voltei às origens busquei as minhas raízes (GONZALES, 1994, p. 384).

Sua produção acadêmica e profissional foi marcada pela multireferencialidade, em que ela escutou muitas vozes e dialogou com diferentes territórios e idiomas. Participou de diversos periódicos do movimento negro e feminista, sempre marcando sua posição política, apontando como principal ponto de crítica a persistência do sexismo e do racismo na sociedade brasileira.

[...] numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra. (NZINGA–Coletivo de Mulheres Negras apud GONZALEZ, 2020, p.111)

Lélia Gonzales morreu em 10 de junho de 1994 deixando uma extensa obra, e uma importante legado, uma mulher que teve uma força e coragem incrível, que denunciou o racismo presente no movimento de mulheres e o sexismo dentro do Movimento Negro Unificado. Através da categoria da Americanidade, ela nos ensina a olhar o nosso passado e presente, e encontrarmos referências e, assim, criarmos novas estratégias de enfrentamento ao racismo e sexismo.

Beatriz Nascimento

A historiadora, ativista e militante do movimento negro, Beatriz Nascimento é uma das principais intelectuais femininas negras do Brasil. Porém suas obras ainda não são estudadas e conhecidas como se deveria. Dedicou-se intensamente a produção acadêmica entre as décadas de 1970 e 1990, sendo os eixos principais de sua obra a conceituação de quilombo e as subjetividades negras.

Ao escrever em primeira pessoa, Beatriz faz um enfrentamento a escrita acadêmica hegemônica europeia apresentando

uma proposta metodológica inovadora que possibilita uma escrita da História, em que a mulher e o homem negro se tornem protagonistas: “Eu sou preta, penso e sinto assim” (NASCIMENTO, 1974, p. 94).

Dedicou-se também a estudar os quilombos. Apontou falta de literatura e de um debate acadêmico sobre o tema como justificativa de seu interesse. Para Beatriz Nascimento, o quilombo deixa de ser considerado como espaço territorial e passa a ser encarado como uma atitude existencial e política do corpo negro. Ela traz a compreensão do quilombo como memória ancestral, onde os negros podem compartilhar sua cultura, conhecimentos e suas vivências que sempre lhe foram negados na historiografia tradicional.

Beatriz Nascimento dedicou sua vida para denunciar e combater o racismo, como mulher ativista e negra, defendia que os negros deveriam assumir o protagonismo ao contar sua própria história. Foi a primeira intelectual negra a estudar o quilombo e expandir a sua compreensão para além de território de luta, mas também como território psíquico que possibilita a afirmação da vida, da cultura e da ancestralidade negra.

Sueli Carneiro

Rosane Borges foi a pesquisadora responsável por escrever a bibliografia de Aparecida Sueli Carneiro, nascida em 1950, filha de Jose Horácio Carneiro e Eva Alves Carneiro a mais velha de sete irmãos. Sueli Carneiro enfrentou situações no ambiente familiar durante a infância e adolescência que contribuíram para que ele se tornasse a militante e feminista que é hoje. Nascida em 1950, a filha mais velha de sete irmãos, tornou-se uma mulher insurgente desde a juventude ao subverter a ótica do pai machista imposta pelo pai, sendo muito incentivada pela mãe para dar continuidade aos estudos e buscar sua independência.

Em 30 de abril de 1988 funda o importante “Geledés Instituto da Mulher Negra”, uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa das mulheres e negros. A organização se define como uma instituição que luta “Contra todas as formas de discriminação que limitam a realização da plena cidadania” (GELEDÉS, 2016). Sueli também participou como expositora na audiência pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal, onde discursou a favor da implementação das cotas raciais para ingresso no ensino superior das universidades públicas federais.

Em sua extensa atividade dentro do feminismo negro, Carneiro traz críticas à forma como o feminismo hegemônico desconsidera os outros eixos de opressão. Ela chama a atenção para a necessidade de que o feminismo seja construído a partir de relações raciais e multiculturais nas quais as sociedades são constituídas, visando colocar em evidência as experiências que norteiam as mulheres de países colonizados.

A origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas e pobres, de todas as partes do mundo, lutem para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social. Até onde as mulheres brancas avançaram nessas questões? (CARNEIRO, 2003, p. 51).

Essas mulheres negras brasileiras, três autoras intelectuais brilhantes, foram fundamentais para orientar a nossa forma de fazer acadêmico e científico como também para conduzir a nossa prática enquanto negros e negras que lutam por justiça. Precisamos, cada vez mais, tirar essas mulheres das margens, evidenciados seus discursos e suas produções. Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro são mulheres intelectuais negras que estiveram à frente do seu tempo e ousaram estilhaçar o poder que estava assentado na academia liderado e produzido sobretudo por homens brancos.

Essas mulheres não partiram do ponto de vista da superficialidade, mas da perspectiva analítica teórica, aprofundando fontes e buscando através de um rigor metodológico construir alternativas epistemológicas. Elas trazem, tanto na produção quanto no ativismo, um senso de pertencimento e significado às nossas experiências, seja através da categoria da Amefricanidade³ ou da categoria do quilombo, ousando enfrentar um campo hegemônico de saber centrado e colonial que busca cada vez mais se firmar e fortalecer as dominações sejam elas econômicas, políticas ou sociais.

Considerações Finais

Enquanto escrevíamos...

Enquanto escrevíamos esse texto, imaginávamos Harriet Truman, abrindo estradas guiada pela lua, com tochas na mão, levando seu povo ao caminho de liberdade. Cansada, com medo, mas com a certeza de que por esse caminho passariam muitos. E hoje, é por essa estrada que passamos. Pudemos sentar-nos ao lado de Rosa Parks naquele ônibus⁴ e seguramos sua mão quando ela se recusou a dar seu lugar para uma pessoa branca se sentar. Enquanto escrevíamos esse texto, sentimos as frias grades que cercavam Angela Davis na prisão, e ouvimos Carolina de Jesus aconselhar Esperança a escrever sua carta ao governador, sabendo que um dia todos iriam saber quem elas foram. bell hooks também nos acompanha, nos lembrando “Tudo sobre o amor”, enquanto Elza Soares cantava sobre ele.

Enquanto escrevíamos, refletimos o quanto é necessário, para mulheres negras, conhecer a história do feminismo negro desde cedo, principalmente por vivermos em uma sociedade ainda tão excludente e racista. Para corpos que são reduzidos dentro de uma estrutura violenta de exclusão social, conhecer a história de luta e não silenciamento, muda a perspectiva de quem somos, e nos permite falar, nos reconhecemos, e nos valorizamos. Quando nós, mulheres negras falamos, não somos o *outro*, somos luta, resistência, história. Quando nossas vozes de mulheres negras se encontram passamos então a ser um coral, que celebra a beleza da nossa ancestralidade e fortalece nosso combate.

Enquanto escrevíamos, tínhamos a certeza de que juntas, nós, mulheres negras, “faremos Palmares de novo” (LIMEIRA; SEMOG, 1983)⁵.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. TEDTalk, 2009.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CORRÊA, Alessandra. **Harriet Tubman: a abolicionista negra que escapou da escravidão, ajudou a libertar dezenas e deverá estampar a nota de 20 dólares**. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55824157>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 01, p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/>

³ Amefricanidade termo cunhado pela antropóloga brasileira Lélia Gonzales com o objetivo de incluir as etnias negras e indígenas não apenas como parte, mas como centrais para se pensar a formação das identidades culturais da América Latina. (GONZALES, 2020, p.126-144)

⁴ Em 1º de dezembro de 1955, a norte americana, Rosa Louise McCauley, mais conhecida como Rosa Parks, tornou-se um símbolo do Movimento dos Direitos Civis ao recusar-se a ceder seu lugar no ônibus a um homem branco. (GELEDÉS, 2009).

⁵ Trecho do poema “Maio”.

RmjB7R. Acesso em: 10 jan. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

GONZALEZ, Lélia. “Lélia fala de Lélia”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, 1994.

GONZALEZ, Lélia. “Mulher negra”. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29-47.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano: Ensaio, Intervenções e Diálogos**. Zahar, Rio de Janeiro, 2020.

GELEDÉS. **Rosa Parks**. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/rosa-parks/>. Acesso em: 04 de jan. 2022.

GELEDÉS. **O que é Geledés**. 2016. Disponível em <https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>. Acesso em 04 de jan. 2022.

hooks, bell. *Talking Back*. **Thinking Feminist**. Thinking Black. Boston: South End, 1989.

hooks, bell. **Intelectuais negras**. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 464-479, 1995.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMEIRA, José Carlos; SEMOG, Éle. **Atabaques**. Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 1983.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**; assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

NASCIMENTO DOS SANTOS, Tatiana. **Letramento e tradução no espelho de Oxum: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos**. 185p. Tese de doutorado – Departamento de Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Por uma História do Homem Negro**. In: RATTTS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 1974, p. 93-98.

NATÁLIA, Livia. **Intelectuais Negras e Racismo Institucional: Um corpo fora de lugar**. **Revista da ABNP**, v. 10. Ed. Especial. **Caderno Temático: Letramentos de Reexistência**, p. 748–764, janeiro de 2018.

NEPOMUCENO, Bebel. **Mulheres negras: protagonismo ignorado**. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

RIBEIRO. Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. *In: Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais: Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SILVA, Luciene do Rêgo da. **“Para levantar as mulheres”**: Harriet Ann Jacobs, (re)tradução feminista negra comentada de *Incidents in the life of a slave girl* (1861). 2018. 149 f., il. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Recebido em 16 de maio de 2022.

Aceito em 22 de junho de 2022.